

**História, política e gênero em “Esaú e Jacó” de Machado de Assis**

History, politics, and gender in “Esaú e Jacó” by Machado de Assis

Lourenço Resende da Costa¹Marcely Antonio²

Resumo: O objetivo nesse artigo é analisar o romance *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis, em duas perspectivas: primeiro tentando demonstrar como o autor insere o enredo dentro de uma baliza temporal importante da história política e social do Brasil; em segundo lugar, procurando analisar como as questões de gênero estão presentes na construção das personagens. A partir desse duplo exercício também buscamos interpretar *Esaú e Jacó* dentro do conjunto da obra machadiana.

Palavras-chave: História; Literatura; Gênero; Machado de Assis; Rio de Janeiro.

Abstract: This article aims to analyze Machado de Assis's novel *Esaú e Jacó* in two perspectives: first trying to show how the author inserts the plot within an important time frame of the political and social history of Brazil; second, seeking to analyze how gender issues are present in the construction of the characters. From this double exercise, we also seek to interpret “Esaú and Jacó” within the set of Machado de Assis's work.

Keywords: History; Literature; Gender; Machado de Assis; Rio de Janeiro.

Introdução

O título do livro faz alusão a personagens bíblicos, dois irmãos que se tornaram rivais. A rivalidade dos filhos de Rebeca, Esaú e Jacó, é mote para Machado de Assis nomear seu romance que conta as desavenças entre os gêmeos Pedro e Paulo. Mas, nesse artigo não temos o objetivo de fazer uma exegese bíblica, até porque não temos condições para tal³. Os nomes dos gêmeos foram escolhidos, de acordo com o narrador, após a tia dos meninos, Perpétua, rezar o *Credo* e ter uma espécie de iluminação ou inspiração (EJ, Cap. 8)⁴.

A narrativa de *Esaú e Jacó*, aparentemente, é simples. O enredo gira em torno dos dois irmãos, que são rivais em praticamente tudo. Mas, ao longo do texto, salvo o fato de um ter se formado em Medicina e o outro em Direito e ambos terem sido eleitos

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor de História pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED.

² Cursa Licenciatura Plena em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

³ Inicialmente o título do romance era *Último*, pois consta que o romancista cogitou que o livro poderia ser o arremate de sua obra (Guimarães, 2004, p. 241). Mas, como se sabe, o título foi mudado e não foi o último romance de Machado de Assis. O derradeiro foi *Memorial de Aires*, publicado em 1908, no mesmo ano da morte do escritor.

⁴ Aqui e doravante vamos referenciar o romance *Esaú e Jacó* com as iniciais *EJ*. As citações diretas e as menções a determinadas passagens, ainda que não literais, serão feitas indicando o capítulo (Cap.), assim cada leitor(a) poderá conferir as passagens, independente da edição ou editora que publicou o romance. Aqui estamos utilizando a publicação feita pela Edipro de São Paulo que não possui o ano de publicação em sua ficha catalográfica e o/ou folha de rosto.

deputados, já no período republicano, nada de especial, além das brigas entre si e a disputa pelo amor de uma única moça, muda o panorama das relações.

(...) trata-se de uma história baseada na imobilidade de dois gêmeos que se odeiam e amam a mesma mulher, Flora também ela paralisada na indecisão sobre qual dos irmãos escolher. Todos os personagens principais – Pedro, Paulo, Flora, Natividade – são irresolutos e incapazes de agirem por si mesmos (GUIMARÃES, 2004, p. 240).

Mas, embora as personagens principais, como mencionado acima, tenham sua tomada de decisão travada, o contexto que o romancista situa a história, não é desprovido de mudanças históricas. Em 15 de novembro de 1889, Dom Pedro II foi destituído de seu trono e uma República foi Proclamada no Brasil. Esse fato é narrado em *Esaú e Jacó*, aliás, os irmãos gêmeos do livro possuem ideias muito diversas em relação à política: Pedro era monarquista, enquanto Paulo era republicano.

Escrito em 1904, *Esaú e Jacó* é o penúltimo romance do autor, no livro são narrados importantes fatos históricos da história do Brasil do século XIX. O início e o término do enredo se situam em um íterim bastante profícuo para elucubrações acerca da História do Segundo Império e do início da República. Os gêmeos nasceram em 1870 e em 1871 a mãe, Natividade, subiu o “morro do Castelo” para consultar uma “cabocla” com fama de vidente. Ela queria saber como seria o futuro dos filhos. Na consulta, Bárbara, a tal cabocla, perguntou se os meninos brigaram no ventre da mãe, pergunta difícil ou até impossível de ser respondida. Mas, as palavras da moça foram enigmáticas e não esclareceram muita coisa, afirmou que eles seriam grandes homens e seriam felizes. Mas, mesmo diante da impaciência de Natividade por detalhes, não revelou muito mais, apenas disse “Quanto à qualidade da glória, coisas futuras!” (EJ, Cap. 1).

Como dito acima, o romance foi escrito após a Proclamação da República e que os irmãos possuíam visões opostas sobre o fato ocorrido em 15 de novembro de 1889. As datas, nos textos de um escritor como Machado de Assis, não são por acaso. Aliás, nada é por acaso quando se sai da pena do “Bruxo do Cosme Velho”: “No romance machadiano praticamente não há frase que não tenha segunda intenção ou propósito espirituoso” (SCHWARZ, 2000, p. 18). Em 1871, mais precisamente em 28 de setembro, foi aprovada a Lei Rio Branco, mais conhecida como Lei do Ventre Livre⁵.

O texto aprovado para ser sancionado pelo imperador foi discutido durante anos, parte das discussões coincidiram com as urgências da Guerra do Paraguai. O conflito bélico foi mais uma causa para a demora da sua aprovação. A lei que entrou em vigor no ano da subida de Natividade para consultar a “cabocla”, foi alvo de renhida resistência da classe senhorial (CARVALHO, 1988). Mas, diante do empenho pessoal do imperador e sentindo-se traídos pela monarquia, os senhores de escravos, sobretudo paulistas, mas não somente, passaram a cogitar ideias republicanas e até lançaram, em 1870, durante os debates parlamentares em torno da lei, um Manifesto Republicano. Tal documento resultou, posteriormente, na criação do Partido

⁵ O funcionário Joaquim Maria Machado de Assis trabalhava justamente no órgão governamental do Império, encarregado da execução da referida lei (CHALHOUB, 2003).

Republicano Paulista e minando por dentro o regime imperial (HOLANDA, 1972; FAORO, 1976). A classe senhorial, que era favorecida pelo regime monárquico, não se sentiu constrangida em bradar contra o Imperador quando o monarca se mostrou simpático à causa abolicionista.

Balizas temporais e históricas

Como afirmado acima, as balizas temporais dentro da ficção machadiana não são aleatórias. No romance *Esau e Jacó*, o início e o término da história dos dois gêmeos, as contradições e rivalidades entre eles, de certo modo, podem ser lidas como as contradições entre um modelo político calcado na monarquia e sua transição para a república. Mas, seja Pedro ou Paulo, a feição é a mesma.

Para as pessoas mais pobres do Rio de Janeiro do final do século XIX e início do XX, a vida continuava dura e o pão de cada dia ganho com muito suor. Independente do cetro imperial na mão de Dom Pedro II ou da faixa presidencial no peito de um dos marechais, Deodoro ou Floriano, ou do cafeicultor paulista, Prudente de Moraes, primeiro presidente civil da República, ou do seu sucessor (lembrando que o livro foi publicado em 1904, quando Rodrigues Alves era presidente). A elite, por sua vez, continuava com seus bailes suntuosos, suas reuniões elegantes e seu veraneio em Petrópolis.

Os narradores machadianos usam e abusam da condição de condutores da história contada. O mais abusado dos narradores é sem dúvida Brás Cubas, ele, desvencilhado do tempo, vira-o do avesso. Não por acaso, o herdeiro da família Cubas resolve começar suas memórias pela morte e não pelo nascimento. Mas, nem por isso a historicidade é perdida e Brás Cubas, em suas linhas de “autor defunto”, vai recontando parte da história do século XIX.

Cada romance escrito por Machado de Assis possui sua singularidade, mas alguns recursos literários; aspectos de estilo ou ainda de acordo com os objetivos almejados pelo romancista, podem fazer com que o autor retomasse vez ou outra, procedimentos adotados em textos de outras épocas. Como já salientado, nenhum narrador machadiano será mais petulante com o leitor que o “defunto autor”. No entanto, em *Esau e Jacó* quem narra os sucessos ocorridos, não deixa de retomar algumas características de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* ou mesmo de *Dom Casmurro* (GUIMARÃES, 2004, p. 245).

A crítica literária, sobretudo aquela especializada em Machado de Assis, é praticamente unânime quanto à afirmação de que *Memórias Póstumas de Brás Cubas* representa uma ruptura dentro da obra machadiana (CHALHOUB, 2003; GUIMARÃES, 2004; SCHWARZ, 2000). Portanto, não é estranho, que vez ou outra, ocorra a retomada de aspectos da referida obra. Mas, voltemos a *Cronos*...

A cronologia é indispensável para compreender os textos de Machado, mais uma vez é preciso pontuar *quando* se dá o principal evento que vai nortear toda a história dos gêmeos: a subida de Natividade ao “morro do Castelo” para consultar a “cabocla” sobre o futuro dos meninos em 1871 (EJ, Cap. 1). Aquele ano foi emblemático na literatura do autor, Chalhoub (2003, p. 67) já argumentou com

bastante consistência que o período entre 1866 e 1871⁶ era crucial para o “Bruxo do Cosme Velho”. Mesmo em obras anteriores à *Memórias Póstumas*, como por exemplo, o romance *Iaiá Garcia*. Vê-se que é impossível discutir *Esaú e Jacó* sem ter como panorama toda a produção literária de Machado de Assis.

Os desacertos entre Pedro e Paulo podem ser comparados ao mundo em transição no século XIX, mais especificamente à subida do tom dos republicanos e a pressão cada vez maior sobre o monarca. A esse respeito é interessante o episódio em que os irmãos brigam em razão da compra de retratos antigos (EJ, Cap. 24). Pedro comprou em uma loja de vidraceiro uma imagem rota de Luís XVI, rei da França guilhotinado em decorrência dos acontecimentos da Revolução Francesa. Paulo, prontamente, para fazer oposição ao irmão, comprou um retrato de Robespierre, um dos principais responsáveis pela condenação e execução do rei francês e da rainha Maria Antonieta. Esse episódio já demonstrava que Pedro e Paulo, embora ainda crianças, já refletiam as paixões partidárias que tomaram conta do cenário político no final da década de 1880.

Assim como o ano de 1871 é marcado no romance, o baile da ilha Fiscal, poucos dias antes da queda da monarquia, também é ressaltado (EJ, Cap. 48). Nesse evento, os principais personagens do romance, todos com relações adquiridas e cabedais, para usarmos os eufemismos da época, compareceram ao baile de gala no dia 09 de novembro de 1889.

O monarquista Pedro compareceu ao evento e justamente o republicano Paulo não estava presente ao último baile realizado pelo Imperador da dinastia de Bragança. O jovem estava em São Paulo na data. Simples coincidência? Não esqueçamos o alerta de Roberto Schwarz (2000, p. 18): sempre existem segundas intenções nas frases de Machado de Assis. A ausência do mancebo Paulo não é fruto do acaso, ele simplesmente não cabia na festa: República e Monarquia não ocupam o mesmo espaço social, ou era uma ou era outra. Alguns dias depois, Dom Pedro II foi tirado do trono por uma junta militar comandada pelo Marechal Deodoro (EJ, Cap. 60).

A incompatibilidade dos gêmeos, característica que acompanha os irmãos desde o útero, conforme as palavras da “cabocla” Bárbara, não se desfez ao longo do tempo, apesar dos esforços e zelos da mãe. Por que essa rivalidade não pôde ser superada? Por que os irmãos não conseguiram se amar e viver juntos em harmonia? Simplesmente porque Pedro e Paulo não são apenas dois moços, eles representam dois mundos: um monárquico e outro republicano. Em alguns pontos podem até trocar de lado para depois se recomporem. Mas, sempre estão em lados opostos.

Machado de Assis vivenciou o auge, o declínio e a deposição do regime imperial e assistiu a República tomar o lugar da Monarquia. Os interesses dos cafeicultores, a vida dos afrodescendentes que trabalhavam na capital após a abolição, as classes médias que perambulavam em seus diversos ofícios, tudo poderia se ajustar ao novo regime político chefiado pelo presidente. A República, por sua vez, não se ajustaria com a Monarquia deposta. Daí que Pedro e Paulo, apesar da reconciliação momentânea feita sobre o túmulo de Flora (EJ, Cap. 109) e do juramento realizado no

⁶ Não é demais reforçar que esse período de tempo coincide, entre outros fatos relevantes, com grande parte da Guerra do Paraguai e com os debates parlamentares que culminaram com a aprovação da Lei Rio Branco.

leito de morte da mãe (EJ, Cap. 120), não poderiam viver de modo harmônico no mesmo espaço.

Relações de gênero em Esaú e Jacó

O escritor não desconsiderava, em seus romances, que os papéis masculinos e femininos na sociedade eram construídos historicamente de acordo com as relações sociais. Mas, em *Esaú e Jacó*, bem como nos demais livros do romancista, as personagens femininas se portam dentro do espaço que a sociedade paternalista lhes permitia agir. Machado de Assis, evidentemente, estava atento a essas questões, mas a sagacidade do autor não era alicerçada a partir das relações de gênero, pelo menos não seguindo uma análise sistematizada sob a perspectiva dos estudos de gênero atuais (COSTA, 2019).

Natividade fez todo o possível para que seus filhos vivessem em harmonia, se isso ao cabo da narrativa não ocorreu, não se pode imputar a ela qualquer culpa. Mãe dedicada, Natividade sacrificou qualquer desejo ou vontade pessoal em nome dos filhos, bem como em razão das convenções sociais do tempo em que vivia.

Uma das poucas ocasiões em que os gêmeos concordaram, foi quando a princesa regente assinou a Lei Áurea que libertava os escravos em 13 de maio de 1888. Mas, essa concordância não era plena, pois nos pormenores da lei e seus significados, os irmãos divergiam⁷. Paulo, estudante de Direito em São Paulo, proferiu discurso em que destacava que após a emancipação do preto o próximo passo era emancipar o branco (EJ, Cap. 37).

Quando Natividade soube desse discurso do bacharel em Direito, ficou preocupada com a carreira política do filho. Ainda não estava claro se o futuro grandioso indicado pela “cabocla” seria na ciência ou na política. A mãe pediu ao filho que tomasse cuidado com tais ideias e reconsiderasse sua postura diante da situação, mas o moço respondeu da forma mais amável possível que sacrificaria até a vida, se preciso fosse, mas das opiniões ele não abria mão. Após ler a missiva enviada pelo filho, a mãe ficou sem compreender como o mancebo não poderia sacrificar suas ideias. Nesse ponto é o narrador quem toma a palavra e explica a razão da incompreensão de Natividade à postura do rapaz:

Natividade não acabava de entender os sentimentos do filho, ela que sacrificara as opiniões aos princípios, como no caso de Aires⁸, e continuou a viver sem mácula. Como então não sacrificar?... Não achava explicação. Relia a frase da carta e a do discurso e tinha medo de o ver perder a carreira política, se era a política que o faria grande homem (EJ, Cap. 37).

⁷ Para Pedro era uma questão de justiça e para Paulo o princípio de uma revolução (EJ, Cap. 37).

⁸ O Conselheiro Aires chegou a se enamorar ou ao menos se interessar de fato por Natividade em outros tempos, mas como percebeu que a moça não tinha inclinação por ele, desistiu sem ao menos tentar de fato. Aires acabou se casando, mas muito mais por uma obrigação do ofício da diplomacia (EJ, Cap. 12). Importante destacar que no século XIX, principalmente entre os extratos mais ilustres da sociedade, os arranjos matrimoniais eram de fato, muitas vezes, arranjados por conveniências sociais e políticas (COSTA, 2014).

A citação acima, extraída da “boca” do narrador, é exemplar para levantarmos algumas situações em que as relações de gênero podem ser analisadas na romance. Natividade era mulher e esse simples fato a obrigava a abrir mão de aspirações, ideias, sonhos e vontades. O narrador deixa explícito que se ela não foi apaixonada pelo Conselheiro Aires, alguma coisa sentiu por ele. Mas, em nome das convenções sociais e dos *princípios*, sacrificou a si mesma.

A literatura machadiana está repleta de personagens femininas que sufocam suas paixões e/ou sonhos em nome dos ajustes sociais. Não raras, suportam a infidelidade conjugal em nome das aparências, pois se era difícil e humilhante ser esposa traída, muito pior seria mulher repudiada pelo marido e posta fora de casa⁹.

A irmã do Conselheiro Aires, Rita, é outra mulher que em *Esaú e Jacó* se fecha em “seu mundo” em nome das aparências e das conveniências sociais. Mesmo viúva¹⁰, o que pela lei dos homens e de Deus lhe possibilitava segundas núpcias, optou em viver sozinha. Detalhe: Rita cortou os longos cabelos e os colocou no caixão para serem enterrados com o esposo (EJ, Cap. 32). Esse ato não era apenas simbólico, ela não estava apenas enterrando sua juventude no caixão do marido, estava sepultando qualquer possibilidade de vir a casar novamente. Mesmo após sua morte, o esposo continuou de certa forma, ditando os rumos de vida de Rita.

Mas, é em torno de Flora e dos gêmeos que ficam mais evidentes as distinções de gênero no século XIX e início do século XX. Quais os sonhos de grandeza, Natividade e Santos, pai dos meninos, vislumbram para Pedro e Paulo? Os pais sonham que serão deputados, ministros, presidentes de província e depois da queda da monarquia que poderão ser presidentes da República. Sonham também que poderão ser grandes nas áreas das ciências: antes mesmo dos meninos terem noção do mundo, já ficou definido pelos genitores que um seria médico e o outro advogado (EJ, Cap. 8).

Portanto, há todo um esforço para que os mancebos tenham formação acadêmica, para alcançarem as glórias públicas e as honras nobiliárquicas. Enfim, é feito um investimento na carreira dos moços, pois eles continuarão dando lustre ao nome da família.

E Flora? Quais as aspirações do casal Batista, pais da moça, em relação ao seu futuro? Poucas ou quase nenhuma!

Tal era aquele casal de políticos. Um filho, se eles tivessem um filho varão, podia ser a fusão das suas qualidades opostas, e talvez um homem de Estado. Mas o céu negou-lhes essa consolação dinástica. Tinham uma filha única, que era o contrário deles. Nem a paixão de D.

⁹ Nos romances de Machado de Assis o caso emblemático de repúdio de um marido à esposa está em *Dom Casmurro*, quando Bento Santiago manda a cônjuge para a Europa, não como uma viagem de férias, mas uma espécie de exílio (em nenhum outro romance do autor há caso semelhante). Lembrando que não existe qualquer prova da infidelidade de Capitu, apenas os ciúmes dele. Evidentemente que Bento é quem escreve a narrativa e como controla a pena, dá vários indícios que poderiam “provar” a infidelidade conjugal da esposa. Mas, de fato esse “mistério” continua insolúvel: Capitu traiu ou não Bentinho? Impossível responder!

¹⁰ Dentro da literatura machadiana a mulher possui maior atuação quando é viúva (STEIN, 1984, p. 89; COSTA, 2013, p. 74).

Cláudia, nem o aspecto governamental de Batista distinguia a alma ou a figura da jovem Flora (EJ, Cap. 31).

Não temos nenhum indício que o casal Batista não amasse a filha. Mas, na sociedade do Rio de Janeiro do século XIX, as glórias eram públicas e as mulheres estavam reclusas ao lar e quando muito, eram anfitriãs de festas, jantares e saraus familiares. Contudo, essa posição/função era sempre exercida/desempenhada a partir da posição do marido.

O pai de Flora era ex-presidente de província, por tal razão ela não era uma menina pobre, era filha da elite política da época. Portanto, estudava sim, mas seus estudos eram muito diversos daqueles dados aos rapazes, muitas vezes as aulas para as moças eram ministradas em casa ou em residência de alguma professora estrangeira. Flora tinha aulas de pintura, piano, inglês e francês (EJ, Cap. 34). Porém, essas aulas não tinham o intuito de possibilitarem o acesso ao ensino superior ou ao desempenho de alguma função ou carreira profissional. Tais estudos visavam preparar a mulher para o casamento e no caso das filhas dos grupos mais abastados da sociedade, para desempenharem bem os papéis de anfitriãs nas reuniões e jantares promovidos por pais ou maridos.

Importante destacar que a legislação no Império não proibia que as meninas frequentassem escolas. Todavia, existia uma série de empecilhos para que a frequência fosse efetiva. Uma dificuldade fundamental estava na estrutura de ensino, os poucos esforços governamentais eram voltados para escolas masculinas, sem contar que aquelas que recebiam meninas não possuíam as mesmas disciplinas e o número desses estabelecimentos era menor. No momento de um possível ingresso em um curso superior, seria quase impossível para alguma moça passar pelo exame de admissão (STEIN, 1984, p. 24-25).

Como afirmado acima, os legisladores não determinavam que as mulheres estavam proibidas de ingressar em um curso superior. Mas, não era necessária uma lei, as condições se impunham. O Colégio Pedro II, fundado em 1837, exclusivamente masculino, era o único que habilitava para um curso universitário: “A realização deste exame e o posterior ingresso num curso superior não eram proibidos à mulher, mas de fato lhe ficavam vedados” (STEIN, 1984, p. 26).

Viajantes estrangeiros que circulavam pelo Rio de Janeiro e escreviam suas impressões a respeito da sociedade, não deixaram de registrar a precariedade da instrução dada as meninas no país. Alguns também ressaltavam o desnível entre a escolaridade de moças e rapazes (LEITE, 1984, p. 74). Portanto, vemos que Flora, apesar de sua inteligência, estava em consonância com seu meio social. A sociedade acabava determinando, em grande medida, parte dos destinos das pessoas, de acordo com seu gênero. A mulher brasileira branca, no período vivido por Machado de Assis e no qual ele situava seus enredos, vivia uma vida de subserviência, inclusive jurídica (LORDELLO, 2002, p. 43).

O “destino” de Flora, dentro da ótica patriarcal da época, era casar e servir ao marido e aos filhos. Ela seria bem-sucedida à medida que o esposo fosse, sua vida seria pautada a partir dos sucessos e insucessos do cônjuge. Se preparar para o matrimônio e se anular diante do esposo, era uma atitude tida como natural. Tanto que

Nóbrega, enriquecido durante o encilhamento, avaliou que Flora não apenas aceitaria seu pedido de casamento como seria grata ao ponto de não conseguir responder de imediato seu pedido, tamanha a emoção (EJ, Cap. 104).

Tudo isso ligado a uma moral que, em tese, exigia as mesmas condutas de homens e mulheres quanto à sexualidade, fidelidade conjugal e cuidado com a família. No entanto, na prática havia uma moral dupla que favorecia os homens, enquanto exercia rígida supervisão e controle sobre as mulheres (STEIN, 1984, p. 33).

O que poderia ser lido pelas moças, inclusive, não era apenas preocupação dos pais, os próprios jornais e revistas faziam uma espécie de censura, filtravam aquilo que julgavam adequado para ser lido pelas donzelas e mulheres de modo geral (KRAICZEK, 2019, p. 23). A simples suspeita sobre a conduta feminina tinha enorme peso, fosse fundamentada ou não. Por essa razão, o narrador se apressa em dizer que Flora não era namoradeira por não decidir com qual dos gêmeos ficaria (EJ, Cap. 70).

Os homens, por sua vez, viviam sob uma tolerância enorme da sociedade. Se as mulheres corriam imensos riscos, caso tivessem alguma experiência sexual antes do casamento, aos homens era tolerado, permitido e até incentivado que tais experiências ocorressem: fossem com mulheres pobres, suas empregadas, escravas ou prostitutas (STEIN, 1984, p. 33). Apesar da aparente moralidade da sociedade carioca do século XIX não era difícil encontrar as “mulheres públicas” em prostíbulos em vários pontos da cidade (LEITE, 1984, p. 115).

Considerações finais

Como é natural, não esgotamos as possibilidades de análise do romance, pois se isso é impossível em uma Tese, muito menos seria em um artigo. Estamos cientes de que muitos pontos de vista possíveis e interpretações foram por nós ignorados. No entanto, dentro do que nos propomos analisar podemos tirar algumas conclusões¹¹.

O livro *Esau e Jacó*, assim como os demais textos de Machado de Assis, é fruto do contexto da sociedade carioca do século XIX. No caso desse romance, o autor faz uma transição do Segundo Reinado para a República. Para tanto, ele usa as rivalidades entre os gêmeos Pedro e Paulo e a disputa pelo amor de Flora, que diante da indecisão, sucumbe e morre.

As brigas dos irmãos representariam a disputa entre dois modelos políticos que desejam ocupar o mesmo espaço: Monarquia e República. Alguns autores, conforme destacou Stein (1984, p. 113), identificaram a jovem Flora como representando a República, os irmãos seriam os partidos políticos que disputavam seu controle. De qualquer modo, a transição do modelo monárquico para o republicano permanece, não podemos esquecer as balizas temporais que o romancista coloca para o início e fim da narrativa.

No que diz respeito as considerações de gênero, feitas as devidas ressalvas para não cairmos no anacronismo, a personagem Flora e os gêmeos permitem observar a construção social das funções/papéis de homens e mulheres. As personagens

¹¹ Sempre provisórias e circunscritas aos objetivos do artigo.

femininas foram descritas pelas suas emoções e as masculinas pelos cargos que ocupam na sociedade.

Flora representava um tipo de feminilidade idealizada, a *femme fragile* (STEIN, 1984, 112), que só pode subsistir se recolhida ao ambiente privado. Recebeu uma educação que lhe preparou para casar-se e ocupar a classe social que seu marido lhe oferecesse.

Os gêmeos, ao contrário, representam a masculinidade viril que disputa as glórias públicas, ocupam cargos de prestígio, citados como masculinos no contexto sociocultural. Sempre apoiados por Natividade, que por mais que apresentasse relutância ao descobrir a gravidez, dedicou sua vida exclusivamente para a criação e felicidade dos filhos, cumprindo a função esperada de uma mãe do século XIX (RESENDE, 2017, p.179). Com todas essas considerações, o romance pode ser utilizado para compreendermos aspectos históricos do século XIX, bem como a construção sociocultural do gênero.

Bibliografia

- ASSIS, Machado de. **Esau e Jacó**. 2ª Ed. São Paulo: Ediouro, s/d.
- CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de sombras: a política imperial**. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Vértice/IUPERJ, 1988.
- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- COSTA, Lourenço Resende da. Marcela, Virgília, Eugênia e dona Plácida: história e literatura a partir de personagens femininas de Machado de Assis. In: COSTA, Lourenço Resende da; SILVA, José Junio da (Orgs). **Gênero, mulheres e masculinidades na história, literatura e no cinema**. Curitiba: CRV, 2019.
- COSTA, Lourenço Resende da. Casamento, herança e negócios no conto Luís Soares, de Machado de Assis. In: **Revista Todas as Musas**, São Bernardo do Campo – SP, Ano 5, Nº 2, p. 101-111, Jan/Jun. 2014.
- COSTA, Lourenço Resende da. História e gênero: a condição feminina no século XIX a partir dos romances de Machado de Assis. In: **Revista Eletrônica Discente História.com**, Cachoeira – BA, Vol. 2, Nº. 2, p. 67-81, 2013.
- FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Editora Nacional/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976.
- GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Esau e Jacó e o leitor como duplo. In: GUIMARÃES, Hélio de Seixas. **Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19**. São Paulo: Nankin Editorial / Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II. O Brasil Monárquico: 5º Volume. Do Império à República. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- KRAICZEK, Francieli Lubina. Mulher e leitura: representações da leitora de romances sob a crítica moralista do século XIX. In: COSTA, Lourenço Resende da; SILVA,

José Junio da (Orgs). **Gênero, mulheres e masculinidades na história, literatura e no cinema.** Curitiba: CRV, 2019.

LEITE, Míriam Moreira (Org). **A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX:** antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo-Brasília: HUCITEC/INL/Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

LORDELLO, Josette Magalhães. **Entre o Reino de Deus e dos Homens:** a secularização do casamento no Brasil do século XIX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

RESENDE, Deborah Kopke. Maternidade: uma construção histórica e social. In: **Pretextos** - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v.2, n. 4, jul/dez. 2017.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo:** Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

STEIN, Ingrid. **Figuras femininas em Machado de Assis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.